

RECIFE, 01 A 16 DE ABRIL DE 2016 – ANO V – Nº 48

Rede de Atenção

Encontro discute em São Lourenço prevenção do consumo de drogas e atendimento em saúde mental de crianças e adolescentes. **Pág. 2**



Rede de saúde

Problemas na saúde pública dos municípios da 8ª Circunscrição foram debatidos durante encontro no Cabo de Santo Agostinho. **Pág. 3**

Concurso quilombola

A pedido do MPPE, o município de Salgueiro abriu para quilombolas 18 vagas em concurso público de professor do 5º ao 9º anos. **Pág. 4**

Redes sociais

A Escola Superior do Ministério Público de Pernambuco estará promovendo palestra e oficina sobre o uso de redes sociais por instituições públicas em abril. **Pág. 5**

TCA em Saloá

Saloá, no Agreste Setentrional, foi o 121º município pernambucano a firmar Termo de Compromisso Ambiental perante o Ministério Público. **Pág. 6**



Prêmio CNMP

Estão abertas até 19 de abril as inscrições ao Prêmio CNMP-2016. Podem concorrer membros e servidores do Ministério Público Brasileiro. **Pág. 7**

PGJ participa de encerramento da campanha do MPF contra corrupção

Durante solenidade em Brasília, o subprocurador-geral da República Nicolao Dino entregou à sociedade civil mais de 2 milhões de assinaturas de apoio à campanha 10 Medidas contra a Corrupção



Foto: Reprodução do Google

O procurador-geral Carlos Guerra, ao lado de Deltan Dallagnol (à esquerda) e outros representantes do MPF

O procurador-geral Carlos Guerra de Holanda participou, em Brasília, da solenidade de entrega à sociedade civil dos 2.028.263 de assinaturas coletadas por cidadãos de todo o Brasil em apoio à Campanha 10 Medidas contra a Corrupção. O evento, organizado pela Câmara de Combate à Corrupção do Ministério Público Federal (MPF), reuniu no auditório da Procuradoria-Geral da República mais de 600 pessoas, entre autoridades, artistas, representantes de entidades civis e voluntários.

A solenidade foi presidida pelo coordenador da Câmara do MPF, subprocurador-geral da Repúbli-

ca Nicolao Dino, que ressaltou, logo na abertura do evento, que a campanha ultrapassou, em menos de um ano, o quantitativo mínimo necessário para apresentar as propostas em forma de projeto de iniciativa popular, alcançando patamar recorde de assinaturas coletadas.

Durante boa parte da solenidade, Carlos Guerra permaneceu ao lado do coordenador da Força-Tarefa do MPF na Operação Lava Jato, procurador da República Deltan Dallagnol, com quem trocou ideias sobre a Campanha 10 Medidas contra a Corrupção. No Nordeste, Pernambuco ficou com

a quarta maior coleta de assinaturas (41.220) em apoio à campanha do MPF. O Maranhão foi quem mais assinaturas coletou (55.971), seguido da Bahia (50.787) e Paraíba (45.422). De acordo com Carlos Guerra, o MPPE deu sua parcela de contribuição à campanha do MPF, que em menos de um ano coletou mais de 2 milhões de assinaturas, quando bastavam 1,5 milhão para embasar um projeto de lei de iniciativa popular, que busca criar medidas mais rígidas contra a corrupção no País. “A sociedade brasileira sai ganhando com essa importante iniciativa de combate à corrupção”, observou.

Foto: Gisely Veras



Painel de Contribuição

A Ampeo promoveu encontros para fortalecer gestão no MPPE. **Pág. 5**



Animais protegidos

Vaquejadas sediadas em Altinho assinam TAC perante o MPPE. **Pág. 6**

EDITORIAL

Rede de saúde como solução

Um sistema de saúde em forma de rede para abrandar as demandas e o sofrimento da população é o que defende o Ministério Público de Pernambuco. Os membros estão empenhados em convencer os municípios a traçar o atendimento de acordo com o potencial de cada um, informando a população sobre o melhor lugar aonde ir de acordo com a doença, independente da cidade onde o paciente reside.

Daí, promotores de Justiça, servidores públicos e sociedade civil têm se reunido para discutir as queixas existentes sobre serviços de saúde. As duas reuniões mais recentes ocorreram no Cabo de Santo Agostinho e em São Lourenço da Mata.

No Cabo, a iniciativa foi dentro do projeto estratégico Fiscalizando a Atenção Básica à Saúde e os presentes saíram do encontro com a certeza de que a fase de lamentações precisa acabar e dar lugar à das propostas.

Em São Lourenço, a abertura do projeto Encontro Criando Espaços na Rede de Atenção: um CAPS para crianças e adolescentes teve como pauta as ações de prevenção do consumo de drogas e atendimento em saúde mental e como planejar o enfrentamento ao uso de substâncias psicoativas de modo mais eficaz e humanizado.

O MPPE objetiva que os gestores públicos reavaliem os planos. A população é que não pode ficar descoberta, ouvindo desculpas.

Tenham todos uma boa leitura!
A Redação

REDE DE ATENÇÃO

Criando Espaços



Foto: Marcos César

Promotor Guilherme Lapenda: Projeto prevê troca de informações entre Promotorias e órgãos da área

A abertura do projeto Encontro Criando Espaços na Rede de Atenção: um CAPS para crianças e adolescentes, realizada na sede das Promotorias de Justiça do MPPE em São Lourenço da Mata, dia 29, reuniu promotores, conselheiros tutelares e representantes dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas, Secretarias de Saúde, Educação, Assistência Social, Cultura e Lazer dos municípios de Camaragibe, Carpina, Nazaré da Mata, Paudalho e São Lourenço da Mata. Durante o encontro, foram discutidas ações existentes de prevenção do consumo de drogas e atendimento em saúde mental de crianças e adolescentes e como planejar o enfrentamento ao uso de substâncias psicoativas de modo mais eficaz e humanizado.

O coordenador do Caop In-

fância e Juventude, Luiz Guilherme Lapenda, divulgou o objetivo do projeto do MPPE, que prevê a troca de informações entre as promotorias e os órgãos que cuidam das demandas referentes à atenção psicossocial a crianças e adolescentes por todo Estado, a fim de fomentar um maior esclarecimento e dar mais êxito a abordagens, diagnósticos e tratamentos daqui para frente. “Estamos em contato com promotores de todo Estado, colhendo experiências que deram bons frutos. Vamos viajar pelos municípios para replicá-las e, assim, dar suporte às Promotorias de Justiça que têm mais dificuldade em lidar com o problema”, comentou Guilherme Lapenda.

A promotora Aline Laranjeira, que atua no município de Buenos Aires palestrou sobre sua experiência com adolescentes e crianças usuários de drogas e com problemas de saúde mental,

quando ainda atuava em Arcoverde e Ibitimir, no Sertão. Na época, cerca de três anos atrás, ela acordou com as prefeituras um atendimento mais proveitoso aos pacientes.

“Primeiro, os gestores precisavam conhecer o usuário, fazer a triagem e, depois, encaminhá-lo ao local mais indicado para ele, fosse dentro ou fora do município. E ainda era necessário informar ao cidadão que havia o serviço e instituições para tratar seus filhos, parentes etc”, recordou a promotora. Segundo ela, os gestores também precisaram se conhecer e definir os papéis de cada um. Assim, a engrenagem funcionou de maneira mais satisfatória. “Quando se estabelece quem faz o quê e onde se trata o quê, ficam bem mais fáceis os encaminhamentos e os ajustes futuros são mais rápidos de resolver”, afirmou Aline Laranjeira.

EXPEDIENTE

JORNAL PANORAMA
Recife, 01 a 16 de Abril de 2016

Nº 74 – Circulação quinzenal – Distribuição gratuita

Ministério Público de Pernambuco – Procurador-geral de Justiça Carlos Augusto Arruda Guerra de Holanda / **Subprocurador-geral em Assuntos Institucionais** Fernando Barros de Lima / **Subprocuradora-geral em**

Assuntos Administrativos Lais Coelho Teixeira Cavalcanti / **Subprocurador-geral em Assuntos Jurídicos** Clénio Valença Avelino de Andrade / **Corregedor-geral** Renato da Silva Filho / **Corregedor-geral substituto** Paulo Roberto Lapenda Figueiredo / **Ouvidor-geral** Antonio Carlos de Oliveira Cavalcanti / **Secretário-geral** Aguinaldo Fenelon de Barros / **Secretário-geral adjunto** Valdir Francisco de Oliveira / **Chefe de gabinete** José Bispo de Melo / **Coordenador de Gabinete** Petrucio Luna de Aquino / **Assessor**

Ministerial de Comunicação Social Jaques Cerqueira / **Jornalistas** Alana Moreira, Bruno Bastos, Giselly Veras, Isa Maria, Izabella Cavalcanti e Miguel Rios / **Publicidade** Andréa Corradini e Leonardo MR Dourado / **Relações Públicas** Evângela Andrade / **Estagiários** Geise Araújo, Igor Souza, Vinicius Maranhão e Luíza Ribeiro (Jornalismo) e Maria Eduarda Rocha (Publicidade) / **Apoio Administrativo** Cátia Fonseca, Bruna Vieira e Marli Cruz / **Repórter fotográfico** Thiago Aquino / Apoio Marcos Cesar / **JORNAL**

PANORAMA - Edição Jaques Cerqueira / **Projeto Gráfico** Leonardo MR Dourado / **Diagramação** Aluísio Ricardo / **Produção Executiva** Evângela Andrade / **Fotos** Assessoria MPPE.

Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Pernambuco – Rua do Imperador Dom Pedro II, 473 – Edifício Promotor de Justiça Roberto Lyra – Santo Antônio, Recife, PE – CEP 50.010-240 – Fones (81) 3303 1259 / 1270 Fax (81) 3303 1260 – imprensa@mppe.mp.br

MATA SUL

MPPE cobra rede integrada de saúde

Os problemas na saúde pública nos municípios da 8ª Circunscrição do MPPE foram expostos e debatidos em audiência pública na Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho, município-sede da Circunscrição. A iniciativa da Promotoria de Jaboatão e do Caop Saúde entra em fase de execução do projeto estratégico Fiscalizando a Atenção Básica. A reunião aconteceu no dia 21 de março. Promotores, prefeitos, secretários de Saúde, servidores públicos e sociedade civil estiveram presentes no auditório da prefeitura e, juntos, discutiram as queixas existentes em relação aos serviços de saúde. Como a primeira reunião concentrou os esforços no relato das dificuldades, o MPPE concedeu prazo de 30 dias para que prefeitos e secretários de Saúde se reúnam e encontrem maneiras de minimizar os problemas, quando não solucioná-los.

O MPPE defende que a criação de um sistema de saúde em forma de rede deve abrandar as demandas e o sofrimento da população. Trata-se de os municípios traça-



Foto: Marcos César

Promotor Édipo Soares: Existe uma desorganização de pacientes no sistema de saúde

rem o atendimento de acordo com o potencial de cada um, informando a população sobre o melhor lugar aonde ir de acordo com a doença, independente do município onde o paciente mora, e, assim, evitar viagens perdidas e uma atenção mais eficiente.

“Existe uma desorganização de pacientes no sistema de saúde. Te-

mos de distribuir melhor as pessoas que procuram atendimento, diminuir os obstáculos e evitar, ao máximo, a judicialização dos casos, que sempre demoram e trazem transtornos aos doentes e seus familiares”, comentou o coordenador do Caop Saúde, Édipo Soares. Já a secretária de Saúde de Ipojuca, Cris Paulino disse

que “precisamos, sobretudo, de metas para tratar dos problemas específicos de cada região. A porta preferencial do nosso sistema é a atenção primária, que resolve cerca de 85% dos casos”. Os presentes saíram do encontro com a certeza de que a fase de lamentações precisa acabar e dar lugar a das propostas.

PETROLINA

Projeto contra incêndio

Representado pela promotora Ana Cláudia Sena, o MPPE recomendou ao Hospital Imaculada Conceição, em Petrolina, que remeta, no prazo de 90 dias, cópia dos protocolos do Projeto de Incêndio e Pânico apresentado ao Corpo de Bombeiros Militar. Já no prazo de 180 dias, a unidade de Saúde deverá regularizar as pendências necessárias, a fim de obter o atestado de regularidade, devendo, dentro do mesmo prazo, apresentar cópia do documento ao MPPE. Segundo a promotora, a recomendação tem por objetivo assegurar que a unidade

de Saúde resolva as irregularidades apontadas em inspeção realizada pelo Corpo de Bombeiros nos sistemas de proteção contra incêndio e pânico no local.

Foto: Catia Fonseca



Promotora Ana Cláudia Sena

TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO

Audiência vai debater HCTP

No próximo dia 28, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) estará realizando audiência pública para discutir questões relacionadas ao serviço prestado pelo Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP). O evento acontecerá a partir das 9h, no Centro Cultural Rossini Alves Couto, na Boa Vista. A audiência terá como meta obter subsídios e informações adicionais, no que se refere ao direito de tratamento terapêutico digno aos internos do HCTP.

De acordo com a promotora de Justiça Irene Sousa, além dos problemas de ordem geral, fo-

ram identificadas três questões graves no âmbito do HCTP: desinstitucionalização de pacientes que já estão desinternados, mas permanecem na unidade; falta de equipe para implementação de terapias individuais e singulares e a forma de uso e tipo da medicação. Na ocasião, também será discutida a existência de aproximadamente 30 pessoas que deveriam ser desinternadas, mas ainda estão institucionalizadas. Além disso, o plano de desinstitucionalização estadual, visando definir agenda e responsáveis pelo acompanhamento desses pacientes, também será abordado durante a audiência pública.

SALGUEIRO

Concurso tem vagas para quilombolas

O município de Salgueiro abriu concurso público, sob regime estatutário, para provimento de vagas do quadro de pessoal da Controladoria Geral do Município, e das secretarias municipais de Educação, de Saúde e de Desenvolvimento Social. Desta vez, além de técnico em controladoria, professores, médicos, enfermeiros, assistentes sociais, entre outros, também estão sendo oferecidas 18 vagas para professor quilombola de Educação Infantil e Ensino Fundamental para atender o II Distrito Educacional – Conceição de Crioulas, na área rural, que abrange três escolas: Escola José Mel de Carvalho, Escola Bevenuto Simão de Oliveira e Escola Professor José Mendes (1º ao 9º). No II Distrito, há ainda a Escola Estadual Professora Rosa Doralinda Mendes, que legalmente é quilombola, mas só aceita a matriz curricular da Secretaria Estadual de Educação.

De acordo com o promotor de Defesa da Cidadania de Salgueiro, Érico de Oliveira, a Comissão de Educação da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas procurou o MPPE para que o pe-



Foto: Marcos César

Promotor Érico de Oliveira: ação em defesa dos direitos de quilombolas

dido apresentado ao prefeito Marcones Libório de Sá fosse realmente apreciado. A comissão apresentou projeto para que as vagas de professores do 5º ao 9º anos que atendem à unidade de ensino do quilombo, também fossem concorridas pelos próprios residentes do quilombo, uma vez que no concurso anterior (de 2012) as vagas para professores

quilombolas eram apenas do 1º ao 5º anos.

Segundo o edital, os cargos especificados como quilombolas ficam reservados aos residentes do território quilombola de Conceição das Crioulas; inclusive, os candidatos devem se autodeclarar quilombolas na ficha de inscrição, bem como comprovarem esta condição

quando convocados para a admissão. As 18 vagas estão distribuídas em 16 para ampla concorrência e duas para pessoa com deficiência, para Licenciatura Plena de Pedagogia, Licenciatura Plena em Letras (Habilitação Português/Inglês), Licenciatura Plena em Matemática, Licenciatura Plena em História e Licenciatura Plena em Ciências.

SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE

Adolescentes mais protegidos

Por iniciativa do promotor Fabiano Pessoa, o MPPE recomendou aos veículos de comunicação de Santa



Foto: Cátia Fonseca

Promotor Fabiano Pessoa

Cruz do Capibaribe para que se abstenham de divulgar atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças ou adolescentes aos quais se atribua ato infracional. A recomendação é dirigida aos responsáveis por blogs, revistas, jornais, emissoras de rádio, entre outros.

Segundo o promotor, quando da publicação e atuação jornalística, assim como em qualquer outra forma de divulgação, o comunicador deve observar que qualquer notícia sobre ato infracional praticado por criança ou adolescente não poderá identificar os menores de 18 anos de idade envolvidos.

CONSTRUÇÃO COLETIVA

Abordagem à população

Ao notar a necessidade de mediar soluções para abordagem da Polícia Militar de Pernambuco (PMPE) junto à população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBTT), o Ministério Público conseguiu articular com a PMPE e o movimento social LGBTT a construção coletiva do primeiro Procedimento Operacional Padrão (POP) da Polícia Militar para abordagem e busca pessoal a esse grupo vulnerável em ocasião de grandes eventos, a exemplo do carnaval. O resultado de um ano de trabalho foi oficializado pelo Comando Geral da PMPE em fevereiro, com a publicação de Por-

taria Normativa. Para a promotora Rosângela Padela, a atuação do MPPE visou reduzir o número de contenciosos judiciais e a intervenção do Estado, por meio dos juízes, para solucionar conflitos recorrentes gerados pela atuação da PMPE na abordagem à população LGBTT.

Para os promotores Rosângela Padela (Criminal de Olinda), Maxwell Vignoli (Direitos Humanos da Capital) e Maria Célia Fonseca (Cidadania Olinda), a PMPE teve importante participação, principalmente pelo real interesse em construir o POP, com a colaboração dos cidadãos, nas três audiências realizadas pelo MPPE.

ESCOLA SUPERIOR

Oficina sobre o uso das redes sociais

Qual o limite entre o público e o privado? E nas redes sociais, até onde vai esse limite? Esse tema começou a se tornar confuso com a inserção das redes sociais no nosso dia a dia. Para fomentar o debate e construir coletivamente o novo caminho que desponta no cenário atual, nos dias 11 e 12 de abril, a Escola Superior do MPPE promoverá dois eventos sobre redes sociais com foco na gestão da comunicação: a palestra Uso de Redes Sociais por instituições e personalidades públicas, e a oficina Social Media Gov, atuação e relacionamento em redes sociais dentro da esfera pública.

A iniciativa visa abordar o fenômeno da comunicação pública em meios digitais e a importância de saber gerenciar os perfis institucionais nas redes sociais para otimizar essas ferramentas e evitar ruídos entre instituições públicas e cidadãos. Além disso, os eventos buscam promover uma discussão para apropriação da nova ferramenta consolidada a fim de uma melhor orientação quanto ao uso das redes sociais por todos que fazem

o MPPE, ou seja dentro da esfera pública, construindo em conjunto esses saberes e condutas.

Recentemente, o CNMP divulgou resultado da Pesquisa de Opinião para Membros sobre a Comunicação do Ministério Público, realizada em todas unidades ministeriais do País, no final do ano passado. No MPPE, 60,53% dos membros concordaram totalmente no item Eu Acho Importante que o Ministério Público se Comunique com a Sociedade por meio das Mídias Sociais, contra 10,52% que discordaram pouco ou totalmente. Também, 33,33% afirmaram que falam sobre a atuação funcional no perfil pessoal de rede social. O resultado da pesquisa na íntegra pode ser acessado na intranet do MPPE.

Essa temática é nova e consolidada, no entanto, precisa-se ainda discutir a fundo sobre as possibilidades, desafios, ruídos, postura, ter ou não ter regras, entre outros. As duas atividades serão facilitadas pelo empreendedor público e diretor executivo da WeGov, André Tamura.



André Tamura atuará como facilitador nas duas atividades

Foto: Reprodução Google

PAINEL DE CONTRIBUIÇÃO

Ampeo promove oficinas

A Ampeo realizou entre os dias 21 e 23 de março as Oficinas de Painel de Contribuição. As reuniões tiveram por objetivo identificar, em cada um dos setores da Instituição, quais ações podem ser realizadas para contribuir com o desdobramento da estratégia, em relação ao último ano do ciclo da Gestão Estratégica 2013/2016. A abertura das oficinas foi feita pelo secretário-geral do MPPE, Aguinaldo Fenelon, que participou do processo. Na ocasião, ele destacou a importância de criar redes e de haver diálogo entre os vários setores da Instituição. “Apesar das dificuldades enfrentadas com a falta de recursos é preciso sa-

ber improvisar. Todos os órgãos do MPPE precisam ver o que podem fazer para nossa Instituição continuar crescendo”, disse. Em seguida, a psicóloga Natália Tavares fez uma dinâmica de grupo com os presentes, com o intuito de demonstrar a necessidade de integração e como, às vezes, é difícil fazer com que vários setores independentes trabalhem de forma coordenada. Ao final da dinâmica, o servidor da Ampeo César Tavares fez uma breve explanação sobre o que é a Gestão Estratégica 2013/2016 e como foi construída, acompanhada e avaliada.

PESSOA IDOSA

Caravana realiza encontro

A Caravana da Pessoa Idosa do MPPE promoveu, com o apoio da Escola de Contas Públicas, Oficina de Diagnóstico para Capacitação dos Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa. A oficina, idealizada pela promotora Yélena Monteiro, teve como público-alvo os conselheiros estaduais de Direitos da Pessoa Idosa da atual gestão, visando coletar informações para nortear a capacitação dos futuros conselheiros estaduais e municipais, principalmente nos municípios que se adequaram à Lei Estadual de Unificação. A capacitação ocorreu dia 22 de

março. Na Oficina, os presentes conferiram palestra sobre o que é ser conselheiro da pessoa idosa e participaram de atividades em grupo.



Promotora Yélena Monteiro

Foto: Cátia Fonseca

SALOÁ

Cidade assume compromisso ambiental

O prefeito de Saloá, Manoel Ricardo, firmou Termo de Compromisso Ambiental (TCA) perante o MPPE, com a finalidade de dar início à aplicação e indução, contínuas e ininterruptas das Políticas Nacional e Estadual de Resíduos Sólidos, por tempo indeterminado. A implantação se dará mediante a observância dos princípios, objetivos e instrumentos das referidas políticas. Dos 184 municípios pernambucanos, 121 já se comprometeram a adotar nova gestão dos resíduos sólidos.

De acordo com o coordenador do Caop Meio Ambiente, André Felipe, o gestor municipal se comprometeu a desenvolver, aprovar, manter atualizado e operacionalizar o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, bem como adotar solução consorciada ou compartilhada na gestão dos resíduos sólidos, e implementar a coleta seletiva e o estímulo e fomento objetivos à separação do lixo. O município também poderá organizar outras ações, como a implantação do Conselho Muni-



Foto: Cátia Fonseca

Promotor André Felipe: Saloá é o 121º município pernambucano a firmar o TCA

cipal de Meio Ambiente, a criação da Comissão Interna Permanente de Gestão Ambiental e a adesão ao programa governamental Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).

O prefeito terá que estimular e implementar o sistema de compostagem descentralizada pela população e diretamente pelo município; a

identificação e notificação dos setores obrigados a elaborar os Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e a implementar os sistemas de logística reversa.

Para sensibilizar e inserir todos na mudança de comportamento quanto ao gerenciamento dos resíduos sólidos e descarte do lixo, a gestão municipal deve implementar, per-

manentes e eficientes ações educativas na área ambiental, promovendo a capacitação de servidores públicos quanto às ações práticas ligadas aos resíduos sólidos, para que as medidas que sejam adotadas, efetivamente, levem a compras e contratação de serviços sustentáveis, assim como à minimização do uso de embalagens, sacolas plásticas e descartáveis.

SÃO BENTO DO UNA

Contratação legal de servidor

A prefeita de São Bento do Una, Débora Luzinete Severo, firmou Termo de Compromisso perante o Ministério Público de Pernambuco para a adoção de medidas administrativas necessárias ao ajuste da admissão e da contratação de servidores no município, inclusive com a realização de concurso público. Com a assinatura do Termo, elaborado pelo promotor Domingos Sávio Agra, a gestão municipal se comprometeu a concluir, dentro do prazo máximo de seis meses, o levantamento dos ajustes necessários para adequar o quadro de servidores da prefeitura de São Bento do Una, apresentando um total de vagas que devem ser oferecidas para

concurso público, e elaborando em seguida o calendário para a realização do certame.

No caso de descumprimento das obrigações estipuladas no termo de compromisso, o município de São Bento do Una fica sujeito a uma multa diária no valor de R\$1.000. A Promotoria de Justiça de São Bento do Una foi estabelecida como foro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do termo de compromisso, que foi publicado no Diário Oficial do MPPE na quinta-feira, 17 de março. O termo de compromisso está alinhado ao projeto estratégico do MPPE Admissão legal, que exige o cumprimento das normas legais.

ALTINHO

Vaquejadas agora têm TAC

Os responsáveis pelos parques de vaquejada Bela Vista, Vaqueiro de Ouro, Celso Antônio Roque, Santa Rita e Parque São Sebastião, todos localizados no município de Altinho, firmaram TAC perante o Ministério Público para assegurar a adoção das medidas necessárias ao bem-estar e à proteção dos animais durante a realização de vaquejadas nesses locais. De acordo com o promotor Geovany de Sá Leite, a vaquejada abrange implicações culturais históricas em Pernambuco. Porém, é preciso harmonizá-la com as normas de proteção aos animais. Os proprietários dos parques compro-

meteram-se a cumprir as normas previstas nos regulamentos da Associação Brasileira de Vaquejada.



Foto: Cátia Fonseca

Promotor Geovany Sá Leite

PRÊMIO CNMP 2016

Inscrições abertas até o dia 19

Membros e servidores das unidades do Ministério Público brasileiro têm até o dia 19 de abril para inscrever ou atualizar iniciativas bem-sucedidas no Banco Nacional de Projetos e concorrer ao Prêmio CNMP 2016. A cerimônia de premiação será no dia 21 de setembro, na abertura do VII Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público. O Prêmio CNMP é um instrumento para identificar, premiar e disseminar projetos bem-sucedidos do Ministério Público brasileiro, alinhados ao Mapa Estratégico Nacional, e que contribuam, de alguma forma, para a melhoria da eficiência institucional e dos serviços prestados à sociedade.

Importante destacar que todos os projetos já cadastrados no Banco Nacional de Projetos devem ser atualizados e adequados ao novo regulamento para poderem participar do Prêmio CNMP 2016. Projetos não atualizados e não adequados ao novo regulamento não participarão da premiação.

Os interessados em participar da premiação devem submeter seus projetos à Administração Superior de sua unidade para aprovação. Após



Foto: Reprodução Google

aprovado, para efetuar a inscrição no Banco Nacional de Projetos, deverá entrar em contato com o cadastrador local da sua unidade. No caso do Ministério Público de Pernambuco, o setor responsável pela atualização de dados de projetos já cadastrados e inscrição de novos projetos é a Gerência de Programas e Projetos. As

informações devem ser encaminhadas até o dia 12/04 para o e-mail da Assessoria Ministerial de Planejamento e Estratégia Organizacional (ampeo@mppe.mp.br).

Na edição deste ano, serão premiados os projetos inscritos nas seguintes categorias: Defesa dos Direitos Fundamentais; Transformação Social;

Indução de Políticas Públicas; Redução da Criminalidade; Redução da Corrupção; Unidade e Eficiência da Atuação Institucional e Operacional; Comunicação e Relacionamento; Profissionalização da Gestão; e Tecnologia da Informação. Serão premiados os três primeiros colocados de cada categoria.

SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE

Falta obediência à LRF

O MPPE recomendou ao prefeito de Santa Cruz da Baixa Verde, Tássio Bezerra, a adoção de todas as providências necessárias legais e constitucionais para respeitar os limites prudenciais estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no que se refere às despesas com cargos em comissão e funções de confiança. De acordo com o promotor Guilherme Graciliano Lima, o Tribunal de Contas do Estado apontou que 168 municípios apresentaram índices percentuais acima do limite de alerta estabelecido pelo artigo 20 da LRF.

No caso de Santa Cruz da Baixa Verde, foi ultrapassado o limite de 54% da receita corrente líquida,

estabelecido como teto para os gastos com despesa de pessoal, nos termos da LRF. O percentual gasto foi de 61,91%, de acordo com a tabela do TCE.

O MPPE recomendou ao prefeito que, nos últimos oito meses de seu mandato (maio a dezembro de 2016), abstenha-se de contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro deste período, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte, sem possuir dinheiro suficiente em caixa. Neste último caso, não pode ser esquecido que serão considerados os encargos e despesas compromissadas até o final do mandato.

ITAPETIM

Segurança nas lotéricas

O MPPE recomendou às agências lotéricas conveniadas à Caixa Econômica Federal e às agências dos Correios conveniadas ao



Foto: Cátia Fonseca

Promotora Lorena Santos

Banco do Brasil, em Itapetim, que orientem seus colaboradores a se afastar, no momento da digitação da senha, de idosos e outros clientes que solicitarem ajuda para realizar operações bancárias. A iniciativa da promotora Lorena Santos tem por objetivo garantir a privacidade e a segurança dos clientes, evitando que informações sigilosas sejam apropriadas por pessoas com finalidades escusas. Segundo a promotora, o MPPE recebeu denúncias de que terceiros estavam tendo acesso às senhas e cartões, bem como de que estavam sendo efetuados empréstimos sem o conhecimento dos idosos.



Ouvidoria do MPPE **10 anos a serviço da cidadania**



Em 2016, a Ouvidoria do MPPE comemora 10 anos de implantação. Foi um período de muito trabalho ao lado do cidadão, ouvindo e dando encaminhamento a mais de 15 mil denúncias, críticas e sugestões recebidas.

A construção de um Estado com mais cidadania e justiça social é o que motiva a Ouvidoria do MPPE a continuar trabalhando como um canal aberto para o cidadão pernambucano.

10 anos
Ouvidoria do MPPE

